



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO MENSAL DE PRODUTOS HIGIÊNICOS DESCARTÁVEIS, CESSÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EM REGIME DE COMODATO, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA FEDERAL, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

Proc. TRF2-EOF-2017/00127

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por sua **Diretora Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o n.º ____/____-____ estabelecida na _____, nº ____ - _____ - _____ /____, CEP: ____-____, Tel.: (0xx)____-____ / ____-____ / ____-____, e-mail: _____, representada neste ato pelo seu(a) **Representante Legal, Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2017/00127, em consequência do Pregão Eletrônico nº 025/2017 fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em ____/____/2017 através do despacho nº TRF2-DES-2017/____, lavrado à fl. ____ do processo, FIRMAM presente Contrato com a finalidade é *o fornecimento mensal de produtos higiênicos descartáveis e cessão e instalação de equipamentos, em regime de comodato, para o exercício de 2017, a fim de atender às necessidades do Centro Cultural Justiça Federal*, sujeitas a partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e da Portaria TRF2-PTF 2017/00110, de 15/03/2017, deste Tribunal, mediante as seguintes cláusulas e condições:



1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento mensal de produtos higiênicos descartáveis, cessão e instalação de equipamentos, em regime de comodato, para o exercício de 2017, a fim de atender às necessidades do Centro Cultural Justiça Federal, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 025/2017 e seus Anexos I, III e IV, e na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

1.1 - EQUIPAMENTOS EM COMODATO:

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO
01	Unid.	30	Dispenser para papel toalha interfolhado (23 cm x 23 cm), automático, em acrílico, com base em STYRON, para papel toalha interfolhado 22,5cm x 20,5cm , aproximadamente 30-40g, com capacidade mínima de 1.000 folhas, com sistema de abertura composto por travas, acionadas por pressão e com chave.
02	Unid.	20	Dispenser para papel higiênico rolão 300m (300m) : em acrílico, com base em STYRON, com sistema de abertura composto por travas, acionadas por pressão e com chave.
03	Unid.	20	Dispenser para papel higiênico interfolhado F/D , automático, em acrílico, com base em STYRON, para papel higiênico interfolhado 20x10 cm, com capacidade mínima de 800 folhas duplas, com sistema de abertura composto por travas, acionadas por pressão e com chave.
04	Unid.	25	Dispenser para sabonete líquido (com e sem reservatório): em acrílico, com base em STYRON, com sistema de abertura composto por travas, acionadas por pressão e com sistema de dosagem por ejeção, quando acionado, reservatório 500ml com tampa/ refil 500 ml e com chave.

1.2 - PRODUTOS DE HIGIENE DESCARTÁVEIS:

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO
01	Cx.	40	Papel Toalha Interfolha, aproximadamente 23 x 23 cm c/ 5000 folhas, não reciclado, 30-40 g, gramatura 100% celulose virgem, alvura superior a 80.
02	Cx c/ 8 un	30	Papel Higiênico branco, 100% celulose virgem, média de 20 x 10 cm, 300 m cx com 8 unidades (rolão).
03	Cx c/ 8.000 folhas	05	Papel Higiênico Interfolhado tipo “cai-cai”, folha dupla, caixa com 8.000 folhas - 100% celulose virgem .
04	Cc c/ 10 un.	3	Sabonete líquido perolado, com fragrância (erva doce) 800ml (refil) - 30 unidades.

1.3 - DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA/INSTALAÇÃO:

1.3.1 - Os equipamentos e os produtos de higiene descartáveis deverão ser entregues no Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF), situado na Avenida Rio Branco nº 1.300, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.



241, Cinelândia, Rio de Janeiro/RJ, sendo a Contratada responsável pela instalação dos equipamentos mencionados no item 1.1.

1.3.2 - O prazo de entrega e instalação dos equipamentos descritos no item 1.1, bem como de entrega do primeiro fornecimento dos produtos discriminados no item 1.2 é de 05 (*cinco*) dias úteis, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

1.3.3 - A Contratada deverá efetuar a entrega, **mensalmente**, dos produtos higiênicos descartáveis no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, depois de solicitados formalmente pelo CCJF.

1.3.4 - Os produtos descartáveis serão solicitados de acordo com as necessidades do Centro Cultural.

1.3.5 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1.º do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

1.4 - DA FORMA DE EXECUÇÃO:

1.4.1 - Os equipamentos descritos no item 1.1 deste Contrato deverão ser entregues em perfeito estado.

1.4.2 - Os equipamentos discriminados no item 1.1 serão cedidos e instalados em regime de comodato, obrigando-se a Contratada a repor, no prazo máximo de 24 (*vinete quatro*) horas, quaisquer equipamentos que apresentem problemas no funcionamento e/ou danos materiais aparentes, mesmo que causados por terceiros.

1.4.2.1 - A devolução dos equipamentos discriminados no item 1.1 dar-se-á por ocasião do término do presente Contrato, em consonância com o previsto no subitem 10.1 deste Contrato, mediante recibo assinado pelo representante legal da Contratada.

1.4.3 - A Contratada deverá oferecer ao Contratante opções de escolha quanto ao tipo de material (plástico ABS – base *Styron* ou em acrílico – base *Styron*) e cor do equipamentos discriminados no item 1.1, observando que nas áreas destinadas ao público deverão ser fornecidos equipamentos em plástico ABS, por apresentarem maior resistência.

1.4.4 - Os equipamentos dispostos no item 1.1 deverão ser compatíveis com os produtos descartáveis, relacionados no item 1.2 deste Contrato.



2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

2.1 - A Contratada compromete-se a instalar os equipamentos do item 1.1 de acordo com as orientações do CCJF.

2.2 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

2.3 - Permitir que seus empregados, quando estiverem prestando serviços nas dependências do Centro Cultural da Justiça Federal, sejam vistoriados pela Segurança Interna.

2.4 - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.

2.5 - Responderá a Contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados.

2.6 - Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento deste Contrato.

2.7 - A Contratada responderá por quaisquer danos causados a bens móveis ou imóveis do Centro Cultural da Justiça Federal.

2.8 - A Contratada é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

2.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

2.10 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

2.11 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho



Nacional de Justiça.

2.11.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - DO PREÇO:

3.1.1 - PLANILHA DE CUSTOS:

Item	Descrição	Marca	Unid.	Qtd.	Valor unit. (R\$)	Preço total (R\$)
01	Papel Toalha Interfolha, aproximadamente 23 x 23 cm c/ 5000 folhas, não reciclado, 30-40 g, Gramatura 100% celulose virgem, alvura superior a 80.		Cx	40		
02	Papel Higiênico branco, 100% celulose virgem , média de 20 x 10 cm, 300 m cx com 8 unidades (rolão).		Cx c/ 8 un	30		
03	Papel Higiênico Interfolhado tipo "cai-cai", folha dupla, caixa com 8.000 folhas - 100% celulose virgem.		CX c/ 8.000 folhas	5		
04	Sabonete líquido perolado, com fragrância (erva doce) 800ml (refil) - 30 unidades.		CX c/ 10 un	3		
VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO						

(Obs.: código SIASG: 150809)

3.1.2 - O valor TOTAL MENSAL estimado deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

3.1.3 - O valor GLOBAL estimado deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

3.1.4 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes a perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

3.1.5 - Os preços são fixos e irrevogáveis.

3.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.2.1 - O pagamento será efetuado a cada fornecimento, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal



contados a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), ou em até 10 (dez) dias úteis, para valor superior a R\$ 8.000,00 (oito mil), a contar do atesto do documento fiscal, aposto pelo gestor do Contrato, **sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.**

3.2.1.1 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

3.2.1.2 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 3.2.1.1, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

3.2.2 - Para fins do disposto no subitem 3.2.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

3.2.3 - O documento fiscal deverá ser entregue no Centro Cultural Justiça Federal - CCJF, localizado na Avenida Rio Branco, 241, Cinelândia - Rio de Janeiro, no horário entre 12:00 e 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

3.2.4 - Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

3.2.4.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, alterada pela Instrução Normativa nº 1.540 de 05/01/2015 e alterada pela INRFB nº 1663 de 07/10/2016.

3.2.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, em conformidade com o Acórdão 964/2012-Plenário-TCU;

3.2.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referida será verificada quando da realização de cada pagamento.

3.2.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 3.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.



3.2.7 - Por tratar-se o Contrato de prestação de serviços com fornecimento de materiais, será obrigatória a discriminação no documento fiscal do valor correspondente aos materiais aplicados.

3.2.8 - Quanto ao imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será observado o disposto na Lei Complementar nº 116/03 e a legislação municipal aplicável.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de empenho
02.061.0569.4257.6013	33.90.30.22	085.389	

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS PENALIDADES:

5.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- 5.1.1 – apresentar documentação falsa;
- 5.1.2 – fraudar a execução do contrato;
- 5.1.3 – comportar-se de modo inidôneo;
- 5.1.4 – cometer fraude fiscal;
- 5.1.5 – fizer declaração falsa;
- 5.1.6 – não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- 5.1.7 – não mantiver a proposta.

5.2 - Para os fins do item 5.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

5.3 - Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multa definidas nos subitens “5.4”, “5.5”, “5.6” e nas tabelas 01 e 02 da Cláusula Sexta, com as seguintes penalidades:

5.3.1 - advertência;

5.3.2 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), pelo prazo não superior a dois anos;



5.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

5.3.4 - impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

5.4 - No caso de inexecução parcial do objeto, a Contratada fica sujeita à aplicação de multa de até 20% do valor do contrato.

5.5 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

5.6 - Configurar-se-á o retardamento da execução quando a Contratada:

5.6.1 - deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço; ou

5.6.2 - deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (*três*) dias seguidos ou por 10 (*dez*) dias intercalados.

5.7 - No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens “5.6.1” e “5.6.2” acima, a contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% deste contrato.

5.8 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da Contratada especificadas no contrato, a Contratada, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% e 0,5% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais 1 (*um*) item obrigatório concomitantemente.

5.9 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada.

5.9.1 - Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados da comunicação oficial.

5.9.2 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.10 - O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

5.11 - O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

5.12 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017.

5.13 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração



6 - CLÁUSULA SEXTA: ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO:

6.1 - Para efeito de aplicação de penalidades decorrentes de falhas na execução dos serviços serão atribuídos graus, de acordo com as tabelas 01 e 02:

Tabela 01

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,1 % sobre o valor mensal do contrato
2	0,3 % sobre o valor mensal do contrato
3	0,5 % sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 02
INFRAÇÃO**

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Entregar o material fora do prazo máximo de 5 (cinco) dias solicitado formalmente pelo contratante.	2	Por ocorrência
2	Entregar o material em desacordo com as especificações de qualidade e/ou quantidade.	3	Por ocorrência
3	Deixar de atender chamado para manutenção e/ou troca de equipamentos defeituosos fornecidos em regime de comodato.	1	Por ocorrência
4	Fornecer, em regime de comodato, equipamentos danificados ou fora do padrão.	1	Por equipamento

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido mediante Termo Circunstanciado, da seguinte forma:

7.1.1 - **Provisoriamente** – Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

7.1.2 - **Definitivamente** – No prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o cumprimento de todas as obrigações contratuais.

7.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

7.3 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços/materiais foram prestados/fornecidos de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com proposta, após a notificação à Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.



7.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO:

8.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

8.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9 - CLÁUSULA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

9.1 - Os serviços pactuados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 025/2017, e seus Anexos I, III e IV;
- b) Proposta, datada de __/__/2017, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. __/__.

9.2 - Na hipótese de divergência entre as alíneas “a” e “b” prevalecerão as condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO:

10.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

10.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

10.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir qualidade desejada dos serviços;

10.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

10.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados;



10.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1 - O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, inclusive, estendendo-se até 31/12/2017, inclusive.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

12.1 - Após o término deste Contrato a Contratada fornecerá Termo de Quitação referente aos produtos higiênicos descartáveis dispostos no item 1.2 à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

12.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DEVOLUÇÃO E DA QUITAÇÃO:

13.1 - A devolução dos equipamentos discriminados no item 1.1 dar-se-á por ocasião do término do presente Contrato, em consonância com o previsto no item 10.1, mediante recibo assinado pelo representante legal da Contratada.

13.2 - Após o término deste Contrato, o Contratante fornecerá Termo de Quitação à Contratada, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado, devidamente assinado pelo gestor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, conforme estabelecido no item 9.1 da Cláusula Nona, carimbado e datado.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

14.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 10.192 de 14/02/2001 e nº 9.069 de 29/06/95.

14.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites a estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conform disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98

14.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (Rua Dor Gerardo, nº 46, 12º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

14.5 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.



15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (*três*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2017.

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretora Geral

REPRESENTANTE LEGAL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

